**PRIVATIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO:** os impactos da adoção das políticas neoliberais no Brasil.

Enaire de Maria Sousa da Silva[[1]](#footnote-1)

**RESUMO**

O artigo aborda as alterações na categoria trabalho frente às privatizações oriundas da adoção de políticas neoliberais no Brasil, sobretudo, a partir da década de 1990. Com base nisso, elabora uma discussão respaldada nas principais obras referentes ao trabalho, capitalismo e neoliberalismo, para demonstrar os impactos resultantes das privatizações, assim como do Neoliberalismo enquanto seu principal provedor. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial o mundo vem sofrendo transformações visando o aumento da acumulação capitalista, sob a égide da hegemonia americana, e que impactaram o modo de produzir tido até então. Consequentemente, a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) passa a ser adequada a uma logística de redução de custos e aumento da produtividade. As privatizações surgem nesse cenário enquanto ferramenta indispensável aos cortes de gastos estatais, entre seus principais impactos, destacam-se os reflexos sobre os processos e condições de trabalho, tais como flexibilizações, terceirizações, contratos fragilizados, carga-horária extensa, dentre outros. Com base nisso, o trabalho inclui uma introdução com os aspectos gerais da constituição do neoliberalismo no mundo, além de três seções que analisam, respectivamente, a inserção neoliberal no Brasil até o governo de Dilma Rousseff, as principais privatizações do país e, os impactos do efeito privatista sobre o trabalho. O estudo é encerrado com considerações finais que retomam as ideias principais do texto e analisam algumas características gerais do contexto que envolve a presente discussão.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Trabalho. Privatização.

**1 INTRODUÇÃO**

As contradições inerentes ao modo de produção capitalista são essenciais para compreender o processo de formação das crises no sistema. Marx (2017, p. 188-189) já apontava as falhas no capitalismo ao abordar as crises de superacumulação enquanto oriundas dos limites do próprio capital, além da existência de sucessivos processos de reestruturação visando a manutenção de sua hegemonia perante o mundo.

A década de 1070 foi marcada por uma dessas crises (MANDEL,1990, p. 23) onde, após o fracasso das políticas fordistas-keynesianas, começam a ser

executadas as ações de reestruturação dos Estados que se configurariam como as primeiras investidas neoliberais. A partir de então observava-se algumas alterações no que diz respeito ao padrão de acumulação e consequente reestruturação do mercado de trabalho (HARVEY, 1989).

Com base nessas análises teóricas iniciais é possível inferir que o Neoliberalismo se constitui enquanto uma estratégia do capitalismo para superar uma crise já instaurada no próprio sistema. Configura-se como a saída necessária para manter a supremacia do capital frente à sociedade.

Trata-se de uma teoria de práticas políticas e econômicas que, quando executadas, possuem fortes reflexos sociais. Propõe a liberdade individual no que tange ao empreendedorismo, estímulo à iniciativa e propriedade privada, e livre mercado, em outras palavras, constitui-se como uma renovação do já conhecido liberalismo. Neste contexto, cabe ao Estado, unicamente, manter uma estrutura institucional capaz de sustentar tais ações (HARVEY, 2005, p. 12).

O processo de mundialização[[2]](#footnote-2), em consonância com a adoção das políticas neoliberais, ocasionou uma generalização das desigualdades até então já presentes. A grande massa de capital produzida, ao contrário do que a denominação “mundialização” sugere, segue extremamente concentrada em poucos países.

Apesar da dimensão de tal processo, as lideranças nacionais não chegaram a ter suas posições ameaçadas dento dos Estados-nação, pelo contrário, as burguesias locais se beneficiaram das relações com empresas multi e transnacionais, ao tempo em que as ações de desresponsabilização estatal, inerentes das políticas neoliberais, eram encaminhadas.

A postura dos Estados nacionais foi determinante para a propagação e manutenção desses processos. Meszáros (2002, p. 108) traz uma concepção acerca da

função de Estado Moderno que condiz com o que é exercido em um contexto neoliberal, onde a atuação do Estado está voltada para a proteção da produtividade do sistema, onde sua existência depende, necessariamente, do capital e de sua reprodução. Em

relação a tal configuração de Estado, Marx e Engels afirmam ainda em *A Ideologia Alemã*:

A burguesia, por ser já uma classe e não uma simples ordem, é constrangida a organizar-se à escala nacional e já não exclusivamente num plano local, e a dar uma forma universal aos seus interesses comuns. Dado que a propriedade privada se emancipou da comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular junto da sociedade- civil e fora dela; mas esse Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua lpropriedade e os seus interesses, tanto no exterior corno no interior (MARX; ENGELS, 1846, p. 59).

Dessa forma, apesar de não comporem os países centrais, as burguesias nacionais da América Latina aderiram às reformas neoliberais na tentativa de combater suas fortes crises e, ao mesmo tempo, desfrutar dos benefícios que esse sistema poderia proporcioná-las.

**2 A INSERÇÃO NEOLIBERAL NO BRASIL**

O ideal neoliberal adentrou à América Latina quando, em 1973, o Chile, após intensa crise econômica e social, adotou um programa de reformas voltado ao livre comércio. A partir da década de 1980 Bolívia, México, Venezuela, Peru e Argentina passam a adotar medidas que também pregoavam a não intervenção estatal (BRANDÃO; 2017).

Devido a década de 1980 ter sido de extrema relevância para a expansão dos movimentos sociais no Brasil, este foi o último país da América Latina a aderir à política. Apesar das mobilizações em torno de um novo projeto nacional comandado pelos trabalhadores, a partir do governo de Fernando Collor de Melo, em 1990, percebe-se a execução de ações de cunho neoliberal (FILGUEIRAS, 2006, p. 180).

O contexto que antecede esse cenário envolve a crise do Estado desenvolvimentista, além dos reflexos oriundos da crise política adquirida com a Ditadura Militar. Apesar de ter sido o governo precursor, o mandato de Collor (1990-

1992) não obteve êxito no cumprimento de um Neoliberalismo fiel às doutrinas, prometido, inclusive, no período eleitoral. Um dos motivos deve-se ao fato de que o bloco de apoio do presidente divergia em alguns pontos referentes à abertura comercial e bancária, além das privatizações de estatais (MACIEL; 2011, p. 101).

Apesar disso, houve algumas medidas de destaque no período. O Plano Collor I abrangeu medidas de reforma monetária, com a instituição do Cruzeiro, além do confisco dos ativos de contas correntes e aplicações financeiras, esta medida não chegou a atingir os grandes empresários. Destaca-se ainda o Programa Nacional de Desestatização, no intuito de privatizar algumas instituições públicas. Maciel (2011, p. 102) afirma que

Na verdade, o Plano Collor I anunciou a aurora da era neoliberal, que tinha o combate à inflação apenas como aspecto inicial de um ambicioso processo de redefenição do padrão de acumulação capitalista e de ofensiva contra os direitos sociais e trabalhistas. Esta ofensiva tornava-se crucial para os interesses do grande capital monopolista, seja em função da perspectiva de aumento da taxa de mais-valia como forma de reversão da tendência de queda na taxa de lucro motivada pela recessão econômica, seja pela imperiosa necessidade de desencadear o processo de reestruturação produtiva, com a incorporação de novas tecnologias e novas formas de gerenciamento do processo produtivo, baseadas na desregulamentação do mercado de trabalho.

Ainda em 1990, lança-se o Plano Collor II que, tal qual o primeiro plano, não obteve êxito na contenção da inflação. Além disso, reorientou-se o Ministério da Economia, que devido às posições econômicas e políticas do ministro em exercício, passa a ser direcionado para o viés da financeirização.

Frente a tais alterações os impactos sociais passam a se expressar através das altas taxas de desemprego, e baixo poder de consumo da população. Seu sucessor,

Itamar Franco (1992-1994) executou uma política econômica baseada no Plano Real que, seguindo a linha política em voga, sustentou-se na ortodoxia neoliberal (PORTO, 2012, p. 5).

Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) foi responsável por consolidar o projeto de instituição do neoliberalismo no país, quando dá-se início à contrarreforma do Estado brasileiro, permeada de privatizações - justificadas pela redução das dívidas interna e externa, melhoria na prestação de serviços e atração de investimento estrangeiro - demissões, e cortes de verbas no que tange às políticas sociais.

Tratou-se, como se pode observar, de “reformas” orientadas para o mercado, no contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada -, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 148).

As consequências do mencionado contexto recaem sobre as classes subalternizadas, que se tornam relegadas à insuficiência da filantropia no suprimento de suas necessidades sociais, à ausência de verbas para aderir aos planos de saúde conforme preconizava o “novo” modelo de Estado, e aos contratos trabalhistas que não protegiam, mas sim, precarizavam (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 150).

O foco do governo passa a ser a privatização de serviços públicos. As instituições iniciais foram algumas companhias de energia e petroquímica, além disso, cinco malhas da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e a Telebrás foram destinas à iniciativa privada. O destaque do período foi a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (ALMEIDA, 2010). FHC propôs ainda reformas da previdência e administrativa que davam mais liberdades ao mercado, e deixavam a atuação do Estado restrita (NEGRÃO, 1996).

Os últimos anos do governo FHC foram responsáveis por acolher a consolidação do capital financeiro no país, porém, a sociedade brasileira vivenciava variadas situações de risco social o que facilitou, em 2002, a eleição do opositor do

partido do então presidente.

O mandato subsequente, de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), deu

prosseguimento à logística da financeirização, concedeu benefícios aos grandes empresários, e deu início a uma nova onda de privatizações, estas, baseadas na parceria público-privada.

De fato, apesar de se observar uma continuidade do ideário neoliberal no país, é importante analisar que cada governo adotou essa linha ideológica à sua maneira. Apesar de Lula ter dado prosseguimento a algumas ações de FHC, não se pode deixar de apontar que o Estado ainda se manteve atuante sobre alguns setores. A exemplo, destaca-se a questão social que, durante o período anterior, ficou sob responsabilidade do Terceiro Setor, posteriormente, observa-se o avanço em legislações direcionadas a amenizar as situações de vulnerabilidade social do país.

Com um conjunto de situações que envolviam redução do desemprego, investimento em infraestrutura, redução dos índices de pobreza, aumento das exportações e dos salários reais, o país passou pela grande crise de 2008 sem sentir tantos impactos pelos dois anos subsequentes. A sucessora de Lula, Dilma Rousseff (2011-2016), implementou algumas medidas aprovadas ainda por seu antecessor, tal como a EBSERH, estatal responsável por privatizar hospitais de alta complexidade do país, porém, não obteve o mesmo êxito ao tentar conciliar os interesses do povo e dos grandes empresários.

Filgueiras (2006, p. 197), aborda que, em meio a tantas alterações provocadas pela inserção neoliberal no Brasil, uma das principais refere-se à relação capital x trabalho. Nos anos recentes, um dos fatores de alteração sobre tal relação abrange as privatizações e seus reflexos sobre as condições de trabalho dos indivíduos. Com base nisso, a próxima seção destina-se a fazer um breve levantamento sobre as principais privatizações ocorridas no país.

**3 BREVE HISTÓRICO SOBRE AS PRINCIPAIS PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL**

No Brasil, as privatizações surgem sob a alegação de ineficiência do

Estado na prestação de serviços, o que faz com que, em muitos casos, a sociedade civil apoie e incentive tais processos. Como abordado na seção anterior, os governos de Collor, Franco e FHC foram responsáveis por iniciar as privatizações com mais veemência, logo, os anos de 1990 ganham destaque ao se abordar a temática.

Em meio às 18 privatizações ocorridas no governo Collor, destacam-se os casos da Usiminas e da Companhia Siderúrgica do Tubarão (CST). Os dois anos seguintes de Itamar Franco, acolheram as privatizações da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Petroquímica União e Embraer. Esta, gerou insatisfação de alguns segmentos da sociedade considerando que a estatal não possuía fragilidades de funcionamento, e competia com as indústrias aeronáuticas dos países ricos (RODRIGUES; JURGENFELD, 2017).

O governo de FHC deu continuidade à onda de privatizações, e totalizou o total de 31 empresas desestatizadas. Um dos casos mais emblemáticos foi a Telebrás. A companhia de telefonia, desde meados dos anos de 1980, apresentava algumas falhas de operação. Até então a instituição era de responsabilidade de três ministérios, Ministério das Comunicações, da Fazenda e Planejamento. Para que a privatização se tornasse viável, foi necessário aprovar uma Emenda Constitucional (EC 8, 15.08.1995) que poria fim ao monopólio estatal sobre os serviços de comunicação.

Como agência reguladora dos serviços, instituiu-se a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com independência financeira, e em 1995 a Telebrás é definitivamente transferida para a iniciativa privada. De fato, a prestação dos serviços de telecomunicação melhorou de forma significativa, sobretudo no que diz respeito à inclusão de pessoas ao serviço, no entanto, não se pode atribuir este fator unicamente à privatização em si, tendo em vista que aquele também foi um momento propício aos avanços tecnológicos relacionados à telecomunicação (PINHEIRO; FUKASAKU, 2000).

Dois anos depois, iniciam-se as negociações em torno de uma das privatizações mais polêmicas, o caso da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Teve

repercussão grandiosa devido às divergências de opiniões na sociedade, visto que a estatal encontrava-se em crescente crescimento de lucro e produção (RODRIGUES; JURGENFELD, 2017) e, dessa forma, não poderia ser alvo da alegação de sucateamento estatal.

Recentemente, a privatização da CVRD voltou a ser debate após os rompimentos de barragens de dejetos da mineradora e empresas sócias, em 2015 na cidade de Mariana –MG, e em janeiro de 2019 em Brumadinho –MG. A negligência com a qual a empresa tratou as famílias afetadas, levou parte da sociedade a concluir que a iniciativa privada terá seu foco unicamente nos lucros, independentemente de quais problemas esse processo pode acarretar.

Apesar de condenar as privatizações dos governos anteriores, os governos do PT mantiveram a logística privatista e protagonizaram a privatização de um segmento da saúde pública do país. Em 2011, o presidente Lula, através da lei nº 12.550/2011, criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) no intuito de gerir Hospitais Universitários (HU) públicos.

A EBSERH surgia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tendo como justificativa para sua instituição a solução de contratos irregulares de trabalho através da inclusão do regime celetista, autonomia financeira, e perspectiva de captação de recursos próprios (ANDREAZZI, 2013, p. 276-277).

Por todo o país a comunidade acadêmica, trabalhadores da saúde pública, e segmentos da sociedade em geral se manifestaram contra a entrada da EBSERH nos hospitais universitários. Em 2013, um plebiscito nacional reuniu mais de 60 mil assinaturas de pessoas que se colocaram contrárias à empresa (ADUSP, 2013).

A privatização da gestão dos HU pelo Brasil ocorreu contra a vontade da sociedade. O então governo federal responsável pela implantação da empresa, representado por Dilma Rousseff, ignorou todos as recusas que vieram por parte dos brasileiros e impôs a instituição do modelo empresarial na saúde do país. Apesar de ter sido viabilizada por uma empresa pública, a privatização dos HU desencadeou as

mesmas problemáticas oriundas de privatizações convencionais. Em relação à privatização nos serviços públicos, Gill (2002, p. 604), aborda

El processo de privatización en este dominio há progresado de manera significativa a partir de los años ochenta em muchos países, em particular con la venta de elementos del patrimonio histórico y cultural nacional, el desmantelamento de las redes de parques nacionales, la privatización del transporte colectivo, de los hospitales, etc.

Todas as privatizações acima mencionadas envolvem um contexto amplo de alterações para os trabalhadores que atuam ou já atuaram nas instituições. Desde o século passado, o país vem sendo alvo de ataques às condições trabalhistas, devido ao plano de fundo que incorpora a adoção das políticas Neoliberais.

**4 PRIVATIZAÇÕES E IMPACTOS RECENTES SOBRE O TRABALHO**

O trabalho sempre esteve em uma posição central perante à sociedade. Marx (2017, p. 188) já situava-o enquanto interação entre homem e natureza, indispensável para a reprodução do ser humano e para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Presente durante todo o capitalismo, essa categoria foi alvo de alterações à medida em que o sistema se modificou: as necessidades de diminuição de custo na produção, com a crescente demanda pelo aumento dos lucros, fizeram com que os processos de trabalho fossem alterados para satisfazer os grandes capitalistas.

Frente às categorias analisadas por Marx, um debate que tem sido colocado em pauta diz respeito às atuais configurações da classe trabalhadora e mais, se essa ainda é uma categoria que possui elementos suficientes para ser enquadrada no contexto sociopolítico atual, tendo em vista que o trabalho não seria mais um elemento central na sociedade.

De fato, a inovação técnico-científica trouxe consigo a necessidade de novos processos de trabalho onde, consequentemente, o papel desempenhado pelos trabalhadores acaba sendo diferenciado daquele que era executado em épocas de

Revolução Industrial.

Um dos pontos centrais diz respeito às principais funções que hoje são desempenhadas, onde o corpo de trabalhadores que até o século XIX era marcadamente composto por operários industriais, foi substituído pelos prestadores de serviços. Além disso, observa-se a crescente ampliação dos processos de flexibilização, responsável por tornar os contratos de trabalho mais frágeis, oferecendo cada vez menos segurança e estabilidade aos trabalhadores. Antunes e Praun (2015, p. 412):

A flexibilidade ou flexibilização se constitui no contexto atual em uma espécie de síntese ordenadora dos múltiplos fatores que fundamentam as alterações na sociabilidade do capitalismo contemporâneo. Do ponto de vista de seu impacto nas relações de trabalho, a flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural.

O desemprego estrutural tende a justificar a quantidade de trabalhadores que se submete a atuar em tais condições, uma vez que há um “exército de reserva” na sociedade composto por trabalhadores aptos a executar variadas funções. Como desdobramento do desemprego, os índices de trabalhadores informais tendem a crescer, visto que com a ausência de oportunidades formais, os indivíduos passam a buscar alternativas independentes capazes de garantir sua reprodução.

Como ferramenta de diminuição de custos, a terceirização ocupa um lugar central no processo. A compra e venda da força de trabalho são baseadas em contratos que trazem riscos ao trabalhador, além do fato de que existe uma terceira empresa entre o empregador e o trabalhador, que faz com que o primeiro não se responsabilize por eventuais danos causados ao empregado (ANTUNES; DRUCK, 2013, p. 224).

A privatização acaba desempenhando um papel central na discussão por ser o meio capaz de desencadear os processos acima mencionados. A partir do momento em que o Estado delega à iniciativa privada a prestação de serviços que até então eram públicos, os grandes empresários tendem a aderir aos processos de terceirização e flexibilização da força de trabalho.

Consequentemente, observa-se uma tendência à diminuição de concursos públicos, uma vez que os mesmos só podem ser ofertados pelo poder público. Perde-se condições de estabilidade, redução de direitos referentes às férias, folgas, licenças, ao décimo terceiro, dentre outros. Todos esses elementos permitem concluir que no atual estágio do capitalismo o trabalho vem passando por um processo de precarização, que é facilitado pela adoção das privatizações.

O plano de fundo de tais mudanças envolve a mudança de gestão e produção antes baseadas no taylorismo e fordismo para a adoção do toyotismo, ao mesmo tempo em que se observa a implantação da chamada acumulação flexível em parceria com um conjunto de reformas neoliberais (PRIEB, 2005, p.2). É importante mencionar que a vigência de um Estado neoliberal abre portas para que os fatores acima mencionados sejam executados.

Dessa forma, o poder público pode se utilizar de diversos meios para que a sociedade não conteste as regras trabalhistas, tais como a aprovação de legislações específicas, a exemplo do que aconteceu recentemente no Brasil.

A questão posta no início da seção, referente à existência de uma classe trabalhadora no século XXI, revela a dimensão das mudanças ocorridas nos últimos anos sobre o trabalho. Entretanto, é importante sinalizar que, apesar de tantas modificações, ainda é inviável conceber uma sociedade em que o homem não necessite do trabalho para se reproduzir, tal qual defende Karl Marx em *O Capital.* É tal necessidade – dependência – que dá ao trabalho o caráter opressor. O homem ainda é refém do trabalho e, portanto, levado a se submeter a todos os seus aspectos de precarização. Carcanholo e Medeiros abordam

Se é o caso de que superamos o capitalismo e, com ele, a opressão do ser humano pelo trabalho, pela forma de trabalho, corno explicar a realidade insofismável pelos truques linguísticos (típicos do pensamento idealista, moderno ou pós-moderno, teórico ou propagandístico) de que a maioria esmagadora das pessoas que vive neste mundo oscila entre o trabalho obsessivo (seja em que forma for) e a busca, não menos obsessiva, por trabalho (CARCANHOLO;MEDEIROS, 2015, p.195).

O ideal seria que os estudos buscassem analisar as configurações atuais do

trabalho, ao invés de questionar a sua pertinência perante à sociedade. Nesse cenário, a privatização acaba sendo um dos principais desencadeadores malefícios ao trabalhador considerando os aspectos analisados acima e, sobretudo, e necessidade de sua execução em um contexto neoliberal.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Neoliberalismo, apesar de ter sido um padrão recomendado pelos EUA, se expressou de diferentes formas em cada nação. Até mesmo ao se analisar o contexto brasileiro, observa-se que cada governo desenvolveu um tipo de neoliberalismo concernente ao que se pretendia alcançar. Alguns estudiosos defendem a ideia de que o Neoliberalismo desenvolvido no Brasil, desde Collor, se constituiu enquanto uma espécie de Estado social-liberal, no entanto, é uma discussão ampla e, dessa forma, inviável de ser discutida em concomitante à temática deste trabalho.

Inicialmente, uma abordagem preliminar pode sugerir que o viés neoliberal envolve unicamente o espaço teórico, porém, o presente estudo demonstra o impacto sobre a materialidade de algo que compõe o cotidiano dos indivíduos, quer seja o trabalho e todas as relações desenvolvidas a partir dele, justificando a necessidade de ser um debate incorporado socialmente.

Os reflexos oriundos da privatização têm se tornado cada vez mais presentes em épocas de capitalismo contemporâneo. Há uma dualidade social que envolve, de um lado, um grupo que considera as privatizações um retrocesso aos direitos dos trabalhadores, e de outro, estudiosos e demais pessoas que a veem como um mal necessário para o crescimento econômico do país.

No mais, é inviável desconsiderar as condições dos trabalhadores brasileiros nos últimos anos, precarizadas por tendências contemporâneas nas quais envolvem, primordialmente, a privatização dos serviços. O caso brasileiro corresponde apenas a um exemplo em meio a um processo mundial que facilita, sobretudo, a manutenção da hegemonia norte-americana sobre os demais países, dessa forma, tem-

se observado uma postura estatal que se mantém aberta aos ditames políticos oriundos dos EUA.

Por fim, a centralidade do trabalho na sociedade permite que as modificações ocorridas nesta categoria ainda sejam passíveis de análises como a que foi colocada neste estudo. Pressupõe, inclusive, situá-lo enquanto aspecto essencial à compreensão do sistema capitalista, e todos os seus estágios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. P. **Reformas Neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.** 427 f. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

ANDREAZZI, M. F. S. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: Inconsistências à luz da Reforma do Estado. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 275-284, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0100-55022013000200016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 25 set. 2018.

ANTUNES, R; PRAUN, L. The society of illness at work. **Serv. Soc. Soc. [online].** 2015, n.123, pp.407-427. ISSN 0101-6628. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.030. Acesso em: 07 jul.2019.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (ADUSP). **No plebiscito, 60 mil recusam a EBSERH**, [online], 29 abr. 2013. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/privatizacao/1624-no-plebiscito-60-mil-recusam-a-ebserh>. Acesso em: 15 set. 2018.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. Política Social: Fundamentos e história. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRANDÃO, R. V. M. Reformas Neoliberais na América Latina. **Aedos**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 31-56, dez. 2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/76430/47330>. Acesso em: 25 set. 2018.

CARCANHOLO, M. D.; MEDEIROS, J. L. Trabalho no capitalismo contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho. In: NEVES, R. B. D. (org.). **Trabalho, estranhamento e emancipação.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

CHESNAIS, F.A. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. Outubro, São Paulo, n. 5, p. 728, 2001.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FILGUEIRAS, L. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do Modelo Econômico. In: MASUALDO, B.; ARCEO, E. (Org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes**: Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 179-206.

GILL, L. **Fundamentos y límites del capitalismo**. Madrid: Trota, 2002.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

\_\_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo**: história e implicações. Edições Loyola. São Paulo. 2005.

­­­\_\_\_\_\_\_. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MACIEL.D.O. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, a. XIII, n 11, p. 98-108, dez. 2011.

MANDEL. E. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista** [tradução de Juarez Guimarães, João Machado Borges] – São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATOS, S. T. S. Conceitos primeiros de neoliberalismo. **Mediações**, v. 13, n. 1-2, p. 192-213, jan./jun. e jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/3314/2716>. Acesso em: 25 set. 2018.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**: Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora da UNICAMP/Boitempo Editorial, 2002.

NEGRÃO, J. J. DE O. **O governo FHC e o neoliberalismo**. Lutas Sociais, São Paulo, 1996.

PINHEIRO, Castelar Armando; FUKASAKU, Kiichiro (org.) (2000). **A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro: Departamento de Relações Institucionais, BNDES.

PORTO, M. C. S. Estado e Neoliberalismo no Brasil Contemporâneo: implicações para as políticas sociais. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS – JOINPP, **Anais...** 2013. São Luís: 2012. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf>. Acesso em: 30 jun.2019.

PRIEB, S. **O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho**. Ijuí: Edit. Unijuí, 2005.

ROCHA, S. D. R. et al. O estado de bem-estar social: Origem, desenvolvimento e finalidade em um contexto de consolidação do modelo capitalista. In: XIII JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – JEPEX 2013, 13., 2013. Recife. **Anais...** Recife: UFRPE, 2013. Disponível em: <http://www.eventosufrpe.com.br/2013/cd/resumos/R0634-3.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

RODRIGUES, C.H.L; JURGENFELD, V.F. Privatizações no Brasil: a desnacionalização e a financeirização (de Collor ao primeiro governo FHC). In: XII

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, **Anais...** 2017. Niterói: 2017. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/38%20Privatizações%20no%20Brasil%20a%20desnacionalização%20e%20a%20financeirização.pdf>. Acesso em: 07 jul.2019.

1. Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico – Universidade Federal do Maranhão [↑](#footnote-ref-1)
2. A partir de 1970, a economia capitalista mundial passa a se realinhar em uma nova ordem proposta pelos EUA baseada em um padrão produtivo que deveria ser seguido por todos os demais países. Analisando os efeitos, o que se observou foi o agravamento das relações de dominância que englobam os países centrais x periféricos, a apropriação “planetária” dos lucros industriais, além da valorização do capital financeiro. A este processo denominou-se “mundialização do capital” (CHESNAIS, 2000). [↑](#footnote-ref-2)